

Richa: tema não agrada Presidente

E ingrata a missão de negociar a adoção do parlamentarismo junto ao presidente Sarney, entregue aos cuidados dos senadores José Richa e Afonso Arinos, na companhia do deputado Cid Carvalho. "O Presidente nem gosta de falar sobre o assunto", notou Richa em dois contatos nos últimos dias com Sarney. "Conversou sobre o parlamentarismo por educação".

José Richa não gosta de procurar Sarney para conversar, embora sejam velhos amigos íntimos. E um hábito que o senador assumiu desde a posse do seu amigo na Presidência. "Não quero ficar incomodando o Sarney com qualquer assunto", justifica-se. Mas, na semana passada, não resistiu ao ler as manchetes dos jornais a bordo de um avião.

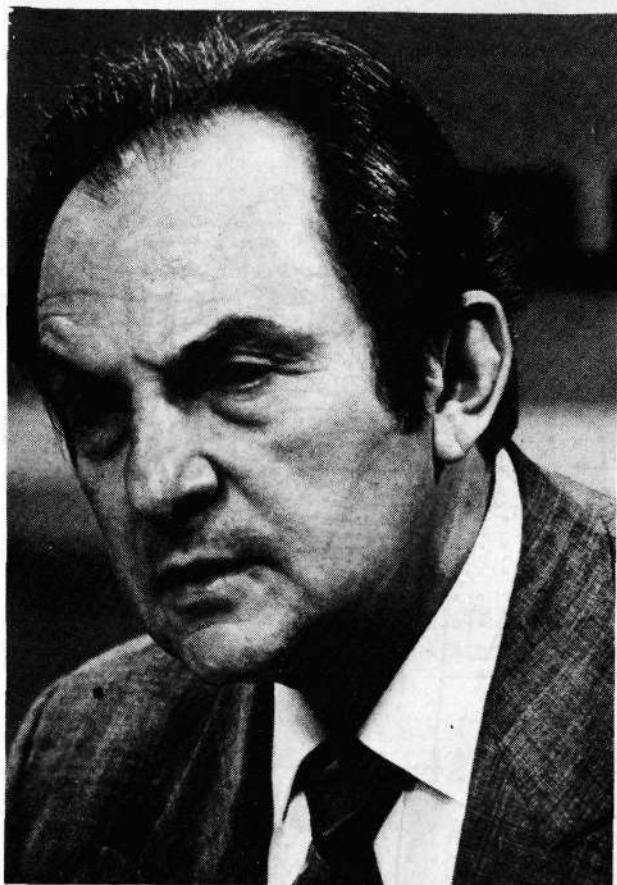
Nas manchetes, o Presidente censurava os constituintes que, praticamente, haviam decidido a passagem do sistema de governo para o parlamentarismo sem consultá-lo. "Foi um murro na mesa que o Sarney deu", espantou-se o senador com a reação de seu amigo, a quem, então, decidiu telefonar para pedir uma conversa, depois de três meses de silêncio entre ambos.

E vieram dois contatos com o Presidente, um logo atrás do outro. Em cada um deles, Richa colocou sobre a mesa toda a sua argumentação em favor do parlamentarismo, quando notou que o amigo o ouvia mais por educação. No meio de sua argumentação, procurou então interessá-lo pelo assunto com a observação de que, num sistema estavel pela aceitação geral, ele inclusive poderia cumprir o seu mandato presidencial de seis anos.

"Isso não, de maneira alguma", descartou Sarney a hipótese de permanecer no Planalto por mais de cinco anos. "Nem seria ético", lembrou o Presidente que, publicamente, assumiu o compromisso de não esticar a temporada presidencial além dos cinco anos.

Mas volta José Richa a procurar o chefe do Governo, na missão que acaba de receber dos companheiros parlamentaristas, e levante um projeto de parlamentarismo que encomendou ao jurista paulista Geraldo Ataliba. A sua ideia é voltar a sugerir a Sarney a mudança gradual.

O esgotado relator Bernardo Cabral saiu um tanto otimista da reunião de ontem na casa de Ulysses Guimarães. Ele acha que a proposta de um parlamentarismo implantado de forma gradual pode ser a luz no túnel. Mas é verdade, também, que não houve maior avanço ontem nesta polêmica questão, em uma reunião onde discutiram-se basicamente aspectos de cunho técnico



Parlamentarista diz ter dois de três votos

Em cada três votos do PMDB na Constituinte, dois são pelo parlamentarismo. Quem garante é o líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique, que apresentou os números no começo da reunião de ontem na residência oficial do presidente da Câmara dos Deputados. A reunião girou em torno de assuntos técnicos e regimentais, mas nos bastidores o assunto era a nova proposta de parlamentarismo, gradual, apresentada pelo deputado Cid Carvalho (PMDB-MA).

O relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) disse que a proposta pode ser o caminho para o consenso entre presidencialistas e parlamentaristas. "Talvez seja por aí", afirmou, ao reve-

lar sua simpatia pela emenda. Já o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, não quis se manifestar sobre a emenda, com o argumento de que não tinha recebido o documento oficialmente e que, além do mais, era presidencialista.

Um dos primeiros defensores do parlamentarismo gradual, senador José Richa (PMDB-PR) observou a necessidade de uma transição para implantação do parlamentarismo, mas negou-se a apontar a emenda de Cid Carvalho como a uma fórmula definitiva para o gradualismo. O senador negou, inclusive, que o mandato de seis anos previsto no documento tenha apoio integral do grupo que defende a tese.

"É importante um período de transição, mas negociar, dentro do PMDB, um mandato de seis anos para Sarney é muito difícil", afirmou o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso. Todos concordaram, no entanto, sobre a necessidade de continuar buscando uma solução negociada para a questão do sistema de governo, mesmo acreditando que o assunto será mesmo definido em plenário.

Os numerosos parlamentaristas apresentados no início da reunião pelo líder Luiz Henrique apontavam também uma maioria esmagadora parlamentarista no PDS, que de 37 parlamentares, teria apenas seis presidencialistas, pelas informações do senador pedessista Virgílio Távora.

PMDB prefere 5 anos

Maioria não troca mandato por sistema

A garantia de um mandato de seis anos para o presidente José Sarney, na proposta de implantação gradual do parlamentarismo, não conta com o apoio da maioria do PMDB, na avaliação do líder do partido no Senado, Fernando Henrique Cardoso. Apesar de reconhecer as dificuldades para a mudança no sistema de governo com a oposição do Presidente da República, o senador acredita factível a preservação da proposta de gradualismo na adoção do parlamentarismo, mas com a fixação de um mandato presidencial de cinco anos.

Na reunião de parlamentaristas realizada quinta-feira na casa do deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), a questão da duração do mandato do presidente Sarney foi considerada nego-

ciável no grupo de 23 constituintes, de acordo com o relato do senador Fernando Henrique. O líder repetiu que a definição da Constituinte pelo sistema parlamentarista terá que passar por uma alternativa aceitável pelo Presidente da República, como a transferência gradual dos seus poderes atuais ao futuro primeiro-ministro.

Ressalvou, porém, que se deve buscar a conciliação da mudança do sistema de governo com as aspirações da maioria da opinião pública — favorável a eleições diretas para Presidente da República — e os interesses do presidente Sarney. A fixação de um mandato de seis anos para o governo atual contrariaria, segundo ele, as manifestações populares, que indicam eleições diretas a cur-

to prazo. Caso não seja possível adotar o sistema parlamentarista na nova Constituinte, Fernando Henrique não tem dúvidas de que a tendência da maioria dos constituintes será a de definir as eleições diretas presidenciais ainda para 1988.

Sobre as pesquisas de opinião realizadas recentemente, dando conta da preferência da maioria da população pelo sistema presidencialista, ele chamou atenção para a diferença reduzida constatada nessas pesquisas entre os adeptos de um e outro sistema. A realização de debates sobre o sistema parlamentarista, com o objetivo de esclarecer a sociedade sobre suas características, invertida, sem dificuldades, acredita o senador, esses resultados.



José Fogaça

Barganha não é autorizada

Porto Alegre — "Em nenhum momento nós autorizamos negociações sobre o mandato do presidente Sarney. Eles deveriam discutir a forma pela qual se organizaria a transição para o parlamentarismo". A afirmação é do primeiro vice-líder do PMDB no Senado, José Fogaça, ao comentar a proposta feita ao presidente Sarney pelo deputado Cid Furtado (PMDB-MA), Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), Bonifácio de Andrade (PDS-MG), Aloísio Campos (PMDB-PE) e pelo senador José Richa (PMDB-PR), através do ministro-chefe do gabinete civil, Ronaldo Costa Couto.

Fogaça entende que a discussão do mandato presidencial é outro assunto e o fato de ser colocada junto com a proposta do grupo parlamentarista poderá inclusive prejudicar a discussão. Segundo ele, existem muitos deputados do PMDB e outros partidos que, embora sejam a favor do parlamentarismo, são favoráveis a um mandato de quatro anos para o presidente Sarney.

TANTO FAZ — Adotado o parlamentarismo, não tenho pessoalmente nenhuma restrição ao mandato do atual Presidente. Poderá ser até de dez anos, uma vez que quem governará o País será o primeiro-ministro. Apenas entendo que a maneira como foi encaminhada a questão somente prejudicará a nossa proposta e poderemos perder para os que defendem o sistema de governo presidencialista — explicou o senador gaúcho.

Leite acusa: são "degenerados"

Londrina — "Infelizmente algumas figuras degeneradas como Ulysses Guimarães, Leonel Brizola e Marco Maciel, que ainda sonham com o poder absoluto, ficam usando lideranças para tentar impedir a caminhada do País ao parlamentarismo". A declaração é do senador Leite Chaves (PMDB/PR), que se declara autor da primeira emenda a favor do parlamentarismo no Congresso e que depois foi aceita também na Constituinte.

— Para essa emenda, conseqüente na ocasião assinaturas de 61 senadores e 320 deputados. Nunca tomei conhecimento de outra que tivesse tamanho e a sã o, t a m a n h o

suporte — disse. Baseado nisto, Leite Chaves acredita que a maioria do Congresso é a favor do parlamentarismo.

— Mesmo que determinados grupos consigam a derrota da emenda na Comissão de Sistematização, particularmente, acho isto difícil, mas em tempos de alijamento moral nada é impossível. No plenário, a emenda será restabelecida em sua plenitude.

Para o senador, "os políticos sensatos do País sabem que o regime presidencialista está falido.

— Em princípio, — acrescentou o constituinte — para termos um regime presidencialista precisaríamos primeira-

mente de eleição e isto não ocorre no Brasil há 20 anos. O que temos aí é um presidencialismo mutilado, falso, um regime defendido por quem pensa um dia poder exercer o presidencialismo.

Na defesa de seu argumento, o senador recorreu até a Rui Barbosa: — Ele foi o pai da ideia do presidencialismo mas depois se arrependeu amargamente porque, como confessou, nunca imaginou que, no Brasil, o regime viesse a se juntar a dois males terríveis: o militarismo e o caudilhismo. —

— O que acontece por aqui? se o presidente é forte, transforma-se em ditador. Se é fraco, torna-se um banana, sem autoridade.

Apreciação deverá ser rápida

Para evitar maiores polémicas e facilitar o trabalho de apreciação das mais de quatorze mil emendas apresentadas ao substitutivo de Constituição do relator Bernardo Cabral, vai haver uma maior abrangência no agrupamento de emendas correlatas. Isso, vale especialmente para o sistema de governo, onde, em certos casos, pequenas minúcias distinguem uma emenda de outra. Essa foi uma das principais decisões ontem, conforme relato do senador José Richa (PMDB-PR), de uma reunião de três horas e meia entre o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, todos os líderes do PMDB, o relator e o presidente da Sistematização, senador Afonso Arinos, e vários relatores

Foi uma reunião técnica, para acertar detalhes regimentais das próximas etapas Constituinte. Com a presença do secretário-geral da Constituinte, o regimentalista Paulo Afonso, as lideranças políticas discutiram um cronograma de trabalho que prevê pedidos de preferência, destaques e sistema de votação.

O objetivo é agilizar os debates para que a Constituinte não precise alterar mais uma vez o seu calendário, que já foi ampliado em 18 dias.

O deputado Ulysses Guimarães, lembrou mais uma vez a necessidade de definir preferencialmente o sistema de governo, visto que o assunto afeta vários outros tópicos da Constitui-

ção. Apelo neste sentido também foi feito pelo deputado Adolpho de Oliveira, do PL do Rio de Janeiro. Ainda não há definição sobre a questão.

De acordo com o deputado Alceni Guerra (PFL-PR) o relator Bernardo Cabral, apontou ontem um grupo formado pelos deputados José Serra (PMDB-SP) Nelson Jobim (PMDB-RS), Adolpho de Oliveira (PL-RJ), e o próprio Alceni Guerra, e pelo senador José Richa para auxiliá-lo na elaboração do segundo substitutivo de Constituição, que deve ficar pronto em oito dias. Na próxima quinta-feira os líderes partidários se reúnem para continuar a discussão sobre o cronograma de trabalho.



Mendes Ribeiro

Centro libera o voto

O grupo "Centro Democrático", um dos mais aguerridos defensores do governo Sarney no Congresso, resolveu não fechar questão em torno do sistema de governo. Cada um de seus integrantes votará como quiser. A informação é do deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS), salientando que o grupo é composto por 64 constituintes.

Na verdade, o Centro Democrático ainda não sabe o que o grupo, depois que desistiu de fechar questão em torno do presi-

dencialismo, principal elo de ligação com o Palácio do Planalto. Agora, uma comissão de quatro deputados fará um levantamento das propostas de emendas para saber quais as que poderão ser defendidas em conjunto.

Outra estratégia anunciada por Ribeiro é a que já esta sendo posta em prática, há algum tempo, pelas lideranças partidárias: negociar o que for possível e só deixar para o plenário os temas onde não se conseguir entendimento.

Simon não vê confronto na discussão

Porto Alegre — O governador Pedro Simon disse, ontem que a discussão sobre parlamentarismo ou presidencialismo como a forma de governo na nova Constituição, não tem a possibilidade de se caracterizar como um confronto. Parlamentarista convicto, ele acha que "o confronto só haveria se a questão fosse ideológica, o que não é".

O presidencialismo reúne na sua defesa o presidente Sarney, o Brizola, o Ulysses, o Lula, o Arraes, o Aureliano e Marco Maciel. Então, esta é uma questão de formação de consciência cívica — disse o governador.

Pedro Simon está convencido de que "o Congresso dará uma prova de independência e aprovará o parlamentarismo, porque seu momento é agora". Batendo o fumo do cachimbo na sola do sapato para em seguida, acender um cigarro, o governador gaúcho comentou que as dificuldades estarão na definição da forma e do momento do parlamentarismo a ser adotado. O parlamentarismo já, dentro do mandato do presidente José Sarney, ele entende que "não é factível e seria até casuismo".

Também não concorda com a posição dos outros governadores que se reuniram em Florianópolis, sexta-feira, e que defendem o parlamentarismo para após o mandato do sucessor de Sarney, "o que seria uma loteria".

Defensor do parlamentarismo, "mas este sistema pela metade que alguns estão propondo", Pedro Simon lembrou que "o próprio ministro do Exército, no seu recente e polêmico pronunciamento falou que é contra a mudança do sistema dentro do governo Sarney, o que quer dizer que, após, ele apoia".

Mas, criticou o Presidente da República por insistir em bloquear o parlamentarismo.

E direito dele defender o presidencialismo até o final do seu mandato. Porém, o presidente Sarney comete um equívoco que marcará negativamente o seu governo, na medida em que tenta evitar que o parlamentarismo seja implantado mesmo depois dele.

Confirmando que todos os governadores deverão se reunir no Rio no final do mês, Simon sustentou que no encontro será mantida a decisão de remeter a discussão sobre forma de governo para a Constituinte, conforme determinou a convenção do PMDB.

Leônidas discute forma de governo

O general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército, considera o sistema parlamentarista uma boa proposta, embora totalmente inoportuna para o Brasil. O ministro disse isto ao deputado Pimenta da Veiga, no último sábado, no jantar comemorativo do aniversário do ministro da Reforma Agrária, Marcos Freire. A presença de vários constituintes na festa acabou transformando-a numa informal troca de opiniões sobre o parlamentarismo, conforme disse ontem o senador Mauro Benevides, um dos convidados de Freire.

Cercado de políticos de todas as tendências para uma "conversa informal" sobre a Constituinte, o general Leônidas foi informado de que a maioria da Assembleia apoia o regime parlamentarista. Na aferição de opiniões entre os presentes, o general pôde constatar uma sensível vantagem para o sistema de gabinete, que teria somado "apreciável número de adeptos", segundo o senador Benevides.

A defesa do parlamentarismo foi feita com maior veemência pelo deputado Pimenta da Veiga e em di-

Covas: quem vai decidir é o plenário

ferentes ocasiões durante o jantar formaram-se rodas pró e contra o sistema de gabinete, com cada grupo avaliando suas forças na Constituinte e definindo estratégias de atuação. Quando a roda se fechou, em torno do ministro do Exército, chegou-se a soluções alternativas, como o parlamentarismo gradual e o presidencialismo misto.

Da parte do general, persistiu a manifestação impositiva já colocada para o deputado Pimenta da Veiga. Segundo Benevides, o general assumiu uma "postura elegante e discreta" sobre o assunto, sem no entanto deixar de demonstrar sua opinião. Assuntos como a duração do mandato presidencial e a anistia não foram sequer mencionados durante as conversas.

A mesa, Leônidas travou prolongada conversa com o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, que sentou-se à sua esquerda, e com o senador Virgílio Távora, que se encontrava à direita. Entre os presentes, havia ainda dois ministros (Aluísio Alves, da Administração e Henrique Sabóia, da Marinha), e diversos senadores.

"A escolha do sistema de governo, seja presidencialismo ou parlamentarismo, deverá ser resolvida no voto. Esta é minha opinião".

A declaração é do líder do PMDB na Assembleia Nacional Constituinte, senador Mário Covas (PMDB/SP) e foi dita aos jornalistas, minutos antes de iniciar sua participação na reunião que se realizou na residência oficial do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB/SP) na península dos ministros.

Covas disse também que outros temas, altamente polémicos deverão ser resolvidos em votação de plenário, "porque é muito difícil, mesmo com todo o esforço de negociação, chegar-se a uma forma consensual". Para o líder do Governo no Senado, Fernando Henrique Cardoso "é difícil a aceitação de um período muito longo para a transição". Ele entende que "não se pode deixar o Brasil sem governo. O que vale é se ter alguém que governe. E se o parlamentarismo for para atrapalhar, então não serve".

"E preciso negociar muito para se chegar a um acordo. Ninguém tem votos suficientes para aprovar um sistema de governo, dentro da Comissão de Sistematização", disse o deputado Alceni Guerra (PFL-PR) também antes de iniciar sua participação na reunião.

No encontro, além da discussão dos chamados temas polémicos da Assembleia Nacional Constituinte, está sendo tratado também o esquema de trabalho que deverá ser adotado para a próxima etapa da Constituinte, já a partir da próxima terça-feira.



Leônidas foi centro de atenções no aniversário